



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

RAPHAEL BAPTISTA DA SILVA
116025580

**O panorama do ensino de Educação Financeira nos principais cursos de
Administração de Universidades Federais brasileiras.**

RIO DE JANEIRO

2022

O panorama do ensino de Educação Financeira nos principais cursos de Administração de Universidades Federais brasileiras.

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Administração à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FACC/UFRJ).

Orientador (a): Caio Martins

Rio de Janeiro

2022

RAPHAEL BAPTISTA DA SILVA

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a importância dada ao ensino de Educação Financeira dentro dos cursos de Administração das Universidades Federais brasileiras. Como será demonstrado ao longo do presente trabalho, a Educação Financeira dos indivíduos é fator primordial para o bem-estar da sociedade como um todo, evidenciando a importância dos cursos universitários abordarem o tema em seus currículos. A análise da relevância que os principais cursos de Administração de Universidades Federais dão ao ensino de Educação Financeira Pessoais se dará através do estudo dos currículos dos 10 principais cursos de Administração de Universidades Federais do Brasil, de acordo com o Ranking Universitário da Folha.

Palavras-chave: Educação Financeira; Finanças Pessoais; Decisões de Consumo; Endividamento

ABSTRACT

This paper aims to analyze the importance of teaching personal finance within Business Administration courses at Brazilian Federal Universities. As will be demonstrated throughout this work, the Financial Education of individuals is a key factor for the well-being of society as a whole, highlighting the importance of university courses addressing the subject in their curricula. The analysis of the relevance that the main Business Administration courses at Federal Universities give to the teaching of Personal Finance will be done through the study of the curricula of the 10 main Business Administration courses at Federal Universities in Brazil, according to the Folha University Ranking.

Keywords: Financial Education; Personal finances; Consumer Decisions; indebtedness

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução da taxa SELIC de Janeiro de 2010 à Março de 2021.....	10
Figura 2 - Evolução do índice IPCA de 2010 até 2021	11
Figura 3 - Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo de 1995 até 2021	11

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação de cursos que possuem a disciplina de Educação Financeira na grade curricular.....	22
Tabela 2 – Relação de disciplinas complementares ao conhecimento de Educação Financeira por universidade	24
Tabela 3 - Somatório de CH complementares ao conhecimento de Educação Financeira, por universidade, ordem decrescente.....	25
Tabela 4 - Categorização das disciplinas complementares ao conhecimento de Finanças Pessoais.....	25
Tabela 5 - Ranking da incidência de disciplinas e carga horária por categoria.....	27
Tabela 6 - Quantidade de disciplinas relacionadas à Educação Financeira como % do total ..	28
Tabela 7 - Carga horária disciplinas relacionadas à Educação Financeira como % do total ...	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Objetivos.....	13
1.1.1 Objetivo Geral	13
1.1.2 Objetivos Específicos	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 Conceito e importância da educação financeira	14
2.2 Difusão do tema Educação Financeira no Brasil.....	16
2.3 O interesse do brasileiro em investir	17
2.4 Consumo e crises	18
2.5 A importância da educação financeira para existência de mercados eficientes	19
3 METODOLOGIA.....	21
3.1 Tipo de Pesquisa.....	21
3.2 Dados a serem obtidos.....	21
3.3 Forma de obtenção dos dados.....	21
3.4 Universo e Amostra	21
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	22
4.1 Lista de universidades consideradas na amostra	22
4.2 Disciplina de Educação Financeira nas universidades analisadas.....	22
4.3 Disciplinas complementares ao conhecimento de Educação Financeira nas universidades analisadas.....	23
4.4 Representatividade das disciplinas relacionadas a Educação Financeira dentro do currículo dos cursos	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade de consumo contemporânea, pessoas são socialmente valorizadas por sua capacidade de consumo em detrimento de seu caráter pessoal, ou seja, o que possuem passa a definir sua relevância social. O sujeito que não possui capacidade de consumo, não é visto como ser integrante da sociedade.

Essa lógica consumista tem como resultado o fetiche social pelo supérfluo. O luxuoso passa a ser o almejado, e o simples, rejeitado. A espiral consumista tem como início, meio e fim o desejo de consumo, não a satisfação através do consumo. A satisfação de uma necessidade gera outra necessidade, em um loop eterno de insatisfação (RETONDAR, 2007). É mais provável que um indivíduo se endivide do que deixe de consumir o que deseja (TOLOTTI, 2007).

O modus operandi capitalista propicia que tanto pobres quanto ricos consumam, mas de diferentes formas. O rico, geralmente, não pauta seu consumo pela necessidade e, sim, pelo fetiche do consumo. Esse fetiche pode ir desde um closet com 10.000 sapatos, como possui a cantora Celine Dion, até possuir uma garagem com 21 carros, como o jogador de futebol Cristiano Ronaldo.

Outro ponto interessante é analisar o quanto o consumo de alguns bens supérfluos pode ser quase impossível para os mais pobres, e, ao mesmo tempo, irrelevante para um milionário.

O salário mínimo em 2022 era R\$ 1.212,00. Um Iphone 12 podia ser comprado por R\$ 5.100,00. Logo, um trabalhador que ganhasse um salário mínimo precisaria juntar seu salário integral durante 5 meses para comprar um Iphone 12. Alguém com uma fortuna de R\$ 1.000.000,00 comprometeria apenas 0,51% de seu dinheiro comprando o mesmo celular.

Pode parecer lógico que um trabalhador não vá comprometer 420% da sua renda comprando um item supérfluo, mas isso não é tão simples quanto aparenta ser.

De acordo com Leite e Santos (2007), vivemos em uma sociedade de orientação ao capital, onde somos bombardeados diariamente com propagandas de produtos, serviços, oferta de produtos bancários como cartões de crédito, empréstimos, financiamentos e crediários. Desta forma, a publicidade acaba levando os indivíduos a consumirem o desnecessário, apoiado pela facilidade do crédito (MARCHT E BRONZATTI, 2016).

O Brasil é um país com dimensões continentais. Possui uma população que, em 2021, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, passa de 212 milhões de

habitantes (IBGE, 2021), e, como a maioria dos países com dimensões parecidas, enfrenta diversos problemas sociais.

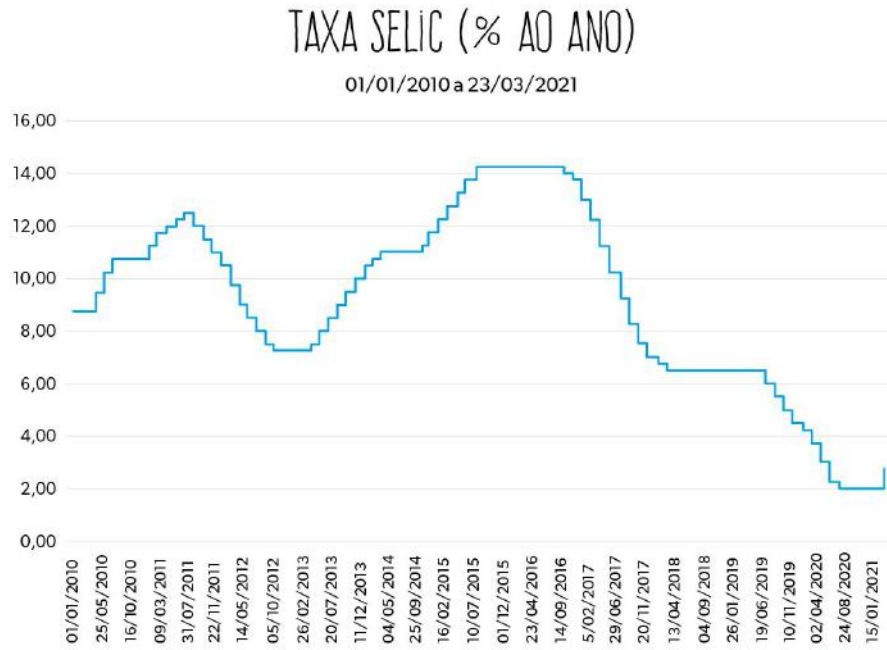
O país, com cerca de 14,3 milhões de desempregados em 2021 e 6 milhões de desalentados (IBGE, 2021), apresentava, em 2020, um quantitativo de mais de 60 milhões de inadimplentes (SERASA EXPERIAN, 2020), o que representava cerca de 30% de sua população total.

Diversos são os motivos para um número tão alto de inadimplentes no país. Entre eles estão o aumento do desemprego, a diminuição da renda média familiar, o empréstimo a terceiros e o descontrole financeiro (SERASA EXPERIAN, 2018). Apenas 21% dos brasileiros com acesso à internet tiveram contato com educação financeira durante a infância (IBOPE, 2021).

Devemos, porém, ter muito cuidado para não atribuir a culpa pelo endividamento de um indivíduo, necessariamente, a decisões individuais.

Como podemos ver nos gráficos abaixo, diversos fatores como inflação elevada, alta taxa de juros e baixo salário real contribuem para que atinjamos e mantenhamos esses números ao longo de toda a história.

Figura 1 - Evolução da taxa SELIC de Janeiro de 2010 à Março de 2021



Fonte: Ipeadata

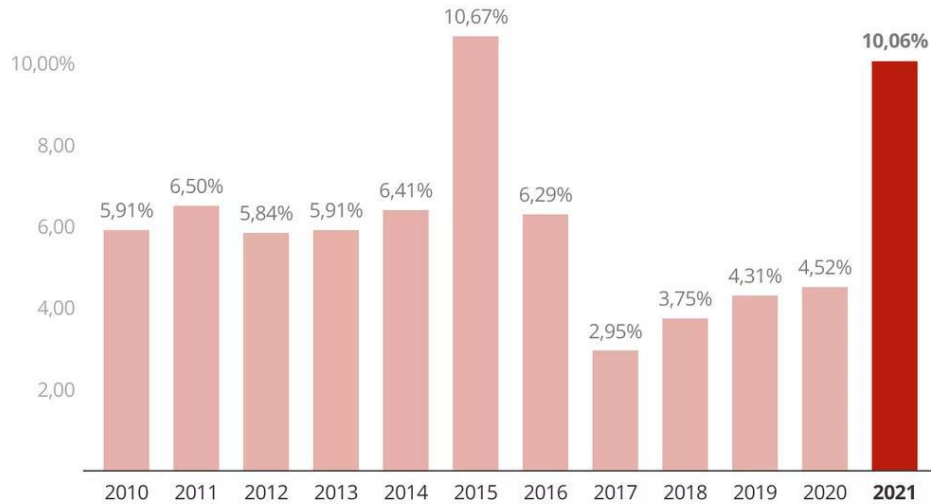


Fonte: PORQUÊ (2021)

Figura 2 - Evolução do índice IPCA de 2010 até 2021

Inflação ao longo dos últimos anos

Variação anual do IPCA, em %

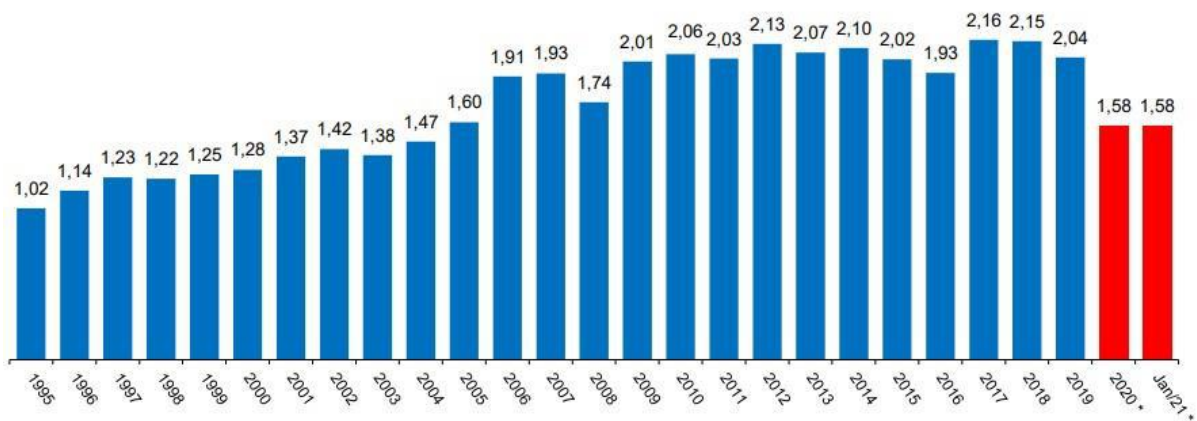


Fonte: IBGE

Fonte: G1 (2022)

Figura 3 - Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo de 1995 até 2021

Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo



Fonte: DIEESE

Nota: (1) Estimativas para dezembro de 2020 e janeiro de 2021

Fonte: DIEESE (2021)

Considerando esses indicadores sociais expostos acima, e entendendo que a educação financeira pode ser um importante instrumento para transformação social, iremos, ao longo

deste trabalho, buscar entender qual é o papel da educação pública de nível superior neste cenário, com foco especial ao curso de Administração.

Para isso, faremos uma contextualização histórica em cinco tópicos.

O primeiro tópico faz uma introdução ao leitor sobre o termo Educação Financeira, definindo-o e reforçando a importância do tema.

Definido o conceito de Educação Financeira, no segundo tópico é hora de entender como o tema vem sendo tratado no Brasil e como vem sendo difundido.

No tópico três é momento de analisar, através de dados, quais efeitos os esforços entorno do tema estão surtindo, com relação ao interesse do brasileiro por investimentos.

O tópico quatro busca explicar os motivos históricos para o desinteresse da população brasileira por investimentos, contextualizando as crises econômicas enfrentadas pelo país no século passado.

O tópico cinco apresenta o conceito de Mercados Eficientes e porque a Educação Financeira é tão importante para que o país não enfrente tantos problemas relacionados à desigualdade social.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desse estudo é entender como o tema Educação Financeira é atualmente abordado nos cursos de Administração das Universidades Federais brasileiras.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Descrever o conceito de Educação Financeira;
- Mensurar, dentro do currículo dos principais cursos de Administração das Universidades Federais brasileiras, a frequência de presença de disciplinas relacionadas à Educação Financeira;
- Entender a importância dada ao estudo de Educação Financeira pelos principais cursos de Administração das Universidades Federais brasileiras;

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito e importância da educação financeira

A sociedade contemporânea exige que os indivíduos dominem certos conhecimentos que possibilitem que eles estejam no controle do ambiente que os cercam. Entre esses conhecimentos está a educação financeira (SAVOIA et al. 2007).

Em um mundo onde as possibilidades de investimentos e produtos financeiros são muitos, uma pessoa que não domina as nuances de cada uma destas possibilidades pode acabar entrando em situações onerosas (LUCCI et al. 2006).

Além da visão individual, a Educação Financeira também se mostra importante em uma visão macroeconômica. A educação financeira dos indivíduos torna o país mais bem visto no contexto internacional, e, portanto, mais atrativo ao capital estrangeiro (OCDE, 2005).

Educação Financeira pode ser entendido, a partir de Berverly e Burkhalter (2005), como “conhecimento e habilidades dos indivíduos relacionadas ao gerenciamento do dinheiro.”

Para a OCDE (2005), Educação Financeira é:

[...] o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre os conceitos e os produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou conselhos objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para conhecer melhor os riscos e as oportunidades financeiras, e assim tomarem decisões fundamentadas que contribuem para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p.13).

Para Orton (2007), Educação Financeira pode ser definida como:

Refere-se à capacidade de ler, analisar e interpretar as condições financeiras pessoais que afetam o bem-estar em nível material. Inclui a capacidade de discernir sobre decisões financeiras, discutir sobre dinheiro e assuntos financeiros. Planejar o futuro e responder de forma competente às várias etapas e acontecimentos da vida que afetam as decisões financeiras, incluindo acontecimentos da economia em geral.

As operações financeiras do mercado ficam comprometidas quando os indivíduos não possuem habilidades financeiras suficientes para garantir seu sucesso (LUCCI et al. 2006). Dessa forma, o potencial financeiro deste mercado em questão é subaproveitado.

[...] participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas (BRAUNSTEIN E WELCH, 2002, p. 445).

A Educação Financeira pode ser subdividida em três conhecimentos principais: Economia, Finanças e Contabilidade.

Segundo Vasconcellos (2014), Economia pode ser definido como:

[...] Ciência Social que estuda de que maneira a sociedade decide (escolhe) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

Já o conceito de Finanças é definido por Chênço (2008) como “a arte e a ciência de gerenciar recursos”.

A CVM (1986) define Contabilidade como:

[...] um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) defende que algumas ações públicas sejam tomadas para que o panorama atual relacionado a educação financeira seja modificado. Entre elas estão: campanhas publicitárias a nível nacional sobre os riscos dos produtos financeiros, a inclusão da Educação Financeira no currículo da educação básica, a inclusão da Educação Financeira em programas de bem estar social, criação de estruturas especializadas na promoção e coordenação do ensino de Educação Financeira e a criação de websites para divulgação de informações financeiras relevantes a população (OCDE, 2005).

Vejamos, então, como a Educação Financeira tem sido difundida no Brasil.

2.2 Difusão do tema Educação Financeira no Brasil

Em muitos países, entre eles o Brasil, a noção de educação financeira pode ser considerada algo novo para a maior parte da população.

O assunto, tomado como tabu para muitos, é complexo e inesgotável. Mesmo com estudo e aprofundamento sobre o assunto, qualquer operação financeira carrega um potencial de risco intrínseco, que é praticamente impossível de se eximir. No entanto, existem muitas formas de se mitigar esses riscos.

Nesse campo que estamos vendo o surgimento de um gigantesco mercado, o universo dos influenciadores financeiros. Esses influenciadores financeiros, que também podem ser chamados de educadores financeiros, estão em alta em redes sociais como Instagram, Youtube e Tik Tok.

Eles possuem a difícil (e rentável) missão de tornar a educação financeira, de forma geral, em algo acessível e palatável para o grande público, muito presente nas redes sociais.

Entre esses influenciadores está a educadora financeira Nathalia Arcuri. Ela se destacou primeiramente em seu canal na plataforma Youtube, divulgando vídeos com uma linguagem fácil e com direcionamento para pessoas que possuem pouca ou nenhuma familiaridade com o tema.

O canal de Nathalia, “Me Poupe!” possui hoje mais de 6,8 milhões de inscritos, um dos maiores canais brasileiros sobre o tema finanças.

Nathalia tem como foco do seu conteúdo o ensino de planejamento financeiro familiar, investimento em produtos financeiros de renda fixa e ensino de conceitos básicos sobre macroeconomia, como a importância de um Banco Central para um país.

Existem, porém, outros influenciadores com conteúdos mais complexos, mas não menos famosos e aclamados nas redes sociais, como o influenciador Thiago Nigro, também conhecido pelo nome do seu canal, “O Primo Rico”.

Thiago possui mais de 5,69 milhões de inscritos em seu canal do Youtube, mesmo tendo um conteúdo bem mais aprofundado e nichado que o de sua colega Nathalia Arcuri.

Thiago costuma falar de assuntos complexos, que vão de mercado de ações até investimento em NFTs. Seu grande trunfo para ter grande adesão é fazer uma espécie de tutoria com seus inscritos, utilizando-se de lives diárias, em horários fixos, para ensino de assuntos específicos e uma frequência alta de postagens.

O ensino de finanças por meio das redes sociais é um importante aliado para a difusão, mas não pode ser substituto de um ensino formal do tema. É preciso que o governo preste especial atenção no tema para que possamos avançar nessas estatísticas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (no 9.384/96) preconiza que o ensino de Educação Financeira nas escolas brasileiras aconteça de forma multidisciplinar, com o tema sendo inserido de forma contextualizada em matérias como a matemática, onde os alunos têm contato com os conceitos de juros, lucro, prejuízo, venda a prazo etc.

Desde 2009 a Comissão de Valores Mobiliários busca, através da Estratégia Nacional para Educação Financeira, difundir o conhecimento de Educação Financeira no país, através de dois tipos de ações organizadas, ações setoriais e ações transversais (CUNHA, 2020)

Ações setoriais são ações desenvolvidas pelos próprios órgãos que desenvolvem a ENEF. As ações transversais organizam-se em três tipos: Mapeamento Nacional das iniciativas de Educação Financeira, Educação Financeira de adultos e Educação Financeira nas escolas.(CUNHA, 2020)

As ações de Educação Financeira nas escolas têm sido desenvolvidas de diversas formas, como desenvolvimento de materiais didáticos específicos sobre o tema, implementação de “multiplicadores” (profissionais especializados que transmitem o conhecimento que possuem aos profissionais das escolas), além de pesquisas para mapeamento do panorama atual e acompanhamento dos resultados obtidos. (CUNHA, 2020)

Já nas instituições de ensino superior, não existe uma orientação específica para reforço ou introdução do tema educação financeira, mesmo que ele perpassa diversos ramos possíveis de carreira profissional, e, em face do exposto até aqui, seja notório que a universalização da educação financeira é imprescindível para o bom funcionamento da economia, de diversos mercados e do próprio governo.

Essa pouca difusão de conhecimentos financeiros, principalmente entre a população adulta, faz com que o país apresente números como os que veremos abaixo.

2.3 O interesse do brasileiro em investir

O Brasil é um país com pouca tradição no setor de investimentos. Cerca de 58% dos brasileiros declaram não investir em nenhum tipo de produto financeiro (CARDOZO et al. 2019)

Entre os principais argumentos para não investirem em nenhum produto financeiro estão: falta de dinheiro (63%), desemprego (10%) e gastos inesperados (7%) (CARDOZO et al. 2019).

Dos 42% dos brasileiros que investem em algum produto financeiro, 84% deixam seus recursos na caderneta de poupança e apenas 3% investem em ações (ANBIMA, 2020)

Na contramão do panorama brasileiro, mais de 65% da população dos EUA investe em ações, que é apenas um dos diversos tipos de produto financeiro (INFOMONEY, 2013).

O investidor brasileiro tem a tradição de investir majoritariamente em produtos de renda fixa, e isso se deve ao fato de termos taxas de juros altas, o que favorece o rendimento desses produtos, e a economia produtiva deteriorada, o que acaba gerando desconfiança a longo prazo (ALMEIDA et al. 2017) e faz com que os investidores tenham menos aptidão a risco.

O governo e o mercado tentam criar mecanismos para reduzir a incerteza e atrair mais investidores, como o Fundo Garantidor de Créditos, que assegura os investimentos até R\$ 200.000,00 (FGC,[s.d.]) e o Tesouro Direto, um programa que oferece ao investidor a oportunidade de investir em títulos públicos com 100% de garantia do Tesouro Nacional (TESOURO DIRETO,[s.d.]), mas o esforço parece não surtir efeito até então.

Toda essa insegurança do brasileiro com relação aos investimentos pode ser explicada pelos fatores históricos que veremos abaixo.

2.4 Consumo e crises

Nada explica a corrida por papéis higiênicos nos mercados em momentos de crise econômica, mas podemos explicar a estocagem de produtos, de forma geral, como uma generalizada falta de conhecimento econômico por parte das grandes massas.

Segundo Keynes (apud Oreiro, 2003, p. 2) os fatores que geram influência sobre o consumo são: variação no salário, mudança na renda disponível e expectativas quanto aos níveis de renda no presente e no futuro. Esse último pode explicar a histeria coletiva vista em momentos de crise.

Na década de 80, após sucessivos empréstimos tomados pelos governos militares para obras de infraestrutura e ajuste das contas públicas, o que levou a dívida pública brasileira a níveis insustentáveis, o país viu surgir o fenômeno da hiperinflação (SILVEIRA, 2013).

Era uma prática comum o trabalhador receber seu salário e ir direto aos mercados para repor seu estoque de comida, em uma quantidade que facilmente poderia suprir a residência por alguns meses. Freezers e dispensas eram indispensáveis nas casas.

Essa prática, porém, causava desabastecimento dos mercados e, além disso, contribuía para que a inflação atingisse níveis mais elevados posteriormente.

Crises se empilharam ao longo das décadas de 80 e 90 até o surgimento do plano Real. Antes do plano real, o governo brasileiro tentou implementar os planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II, e todos fracassaram em seus objetivos de estabilização da moeda brasileira.

[...] O Plano Real foi um processo de estabilização econômica iniciado em 1993 e o seu sucesso representou a quebra da espinha dorsal da inflação no Brasil. A entrada em circulação do real em 1º de julho de 1994 mudou o cenário de uma inflação que, no acumulado em doze meses, chegou a 4.922% em junho de 1994, às vésperas do lançamento da nova moeda.” (BACEN, [s.d])

Dados da FGV (2011) apontam que a pobreza diminuiu 67% entre 1994 e 2010.

Esse maior poder de compra dos indivíduos possibilita que mais pessoas possam participar do Mercado Financeiro, o que promove um efeito chamado “eficiência de mercado”, como veremos abaixo.

2.5 A importância da educação financeira para existência de mercados eficientes

O conceito de Mercado Eficiente pode parecer intuitivo para alguns, mas poucos conseguem defini-lo com a precisão necessária. É importante que saibamos defini-lo para que possamos entender todas suas nuances, fraquezas e abrangência.

Segundo Fama (1970), um mercado eficiente seria aquele onde o preço de todo e qualquer ativo negociado reflete, em sua totalidade, as informações disponíveis sobre esse ativo. A hipótese leva em consideração que os agentes do mercado onde esse ativo está sendo negociado tem igual acesso à informação para que tomem suas decisões de forma racional, precificando os ativos em seu patamar justo de preço.

Desta forma, um agente do mercado não poderia ter ganhos nem perdas de forma relevante, pois o preço dos ativos estaria sempre próximo a uma média.

A hipótese dos mercados eficientes possui dois pilares fundamentais: O primeiro é a crença de que os agentes do mercado são agentes racionais e buscam maximizar seus lucros analisando e precificando os ativos de forma racional; o segundo é que mesmo que alguns agentes ajam com irracionalidade e falhem ao analisar e precificar ativos, sua participação no mercado é irrelevante, pois o mercado é grande o suficiente para que uma ação isolada não o afete substancialmente. (STRONG, 2007)

Seguindo um raciocínio lógico, mercados eficientes requerem agentes bem-informados e hábeis para sua operação. Como visto, isso só será possível quando houver, dentro de uma economia, amplo acesso a ferramentas e conhecimentos financeiros. O acesso à internet e a educação financeira formal são requisitos indispensáveis para isso.

Fazendo um paralelo com a atual situação brasileira, como dito nas seções anteriores, apenas 21% dos brasileiros com acesso a internet tiveram acesso ao ensino de finanças durante a infância. 42% dos brasileiros nunca investiram em nenhum produto financeiro. Desta forma, é difícil considerar que a maior parte dos agentes econômicos brasileiros ajam de forma racional e que nossos ativos financeiros não sofram com os efeitos dessa irracionalidade.

É de se intuir, ainda, que, considerando a hipótese de que mercados eficientes impossibilitem enormes discrepâncias de ganhos e perdas nas negociações realizadas neles (STRONG, 2007), é provável que uma economia onde esse mercado eficiente esteja inserido também não apresente elevados níveis de desigualdade social, violência e todas demais mazelas analisadas neste texto, pois os indivíduos que não possuem acesso a ferramentas e conhecimentos necessários a ação no mercado em questão não estarão em tanta desvantagem de informação em relação aos que possuem.

A discussão trazida até aqui reforça o papel da educação pública para a universalização da Educação Financeira. Este estudo contribui com a análise dos esforços que as universidades brasileiras têm dedicado ao tema. Vejamos, então, a metodologia da nossa pesquisa.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa em questão se caracteriza como descritiva e quantitativa, pois através da análise documental dos currículos dos cursos de Administração das Universidades Federais brasileiras, foi possível chegar ao quantitativo das Universidades que ofertam disciplinas de Educação Financeira e disciplinas acessórias e intuir, a partir da análise desses números, a importância dada ao tema.

3.2 Dados a serem obtidos

A pesquisa busca mensurar a quantidade de disciplinas relacionadas ao ensino de Educação Financeira nos 10 principais cursos de Administração de Universidades Federais brasileiras.

3.3 Forma de obtenção dos dados

Os dados mencionados foram obtidos nos currículos disponíveis nos sites das instituições. O ranking dos cursos mencionados foi obtido através de simples consulta ao site da Folha de S.Paulo, na seção “Ranking Universitário da Folha”. A fórmula utilizada pela Folha de S.Paulo tem peso 42 para Pesquisa, 32 para Ensino, 18 para Mercado, 4 para Inovação e 4 para Internacionalização.

3.4 Universo e Amostra

O universo a ser considerado é formado por todos os cursos de Administração das Universidades Federais brasileiras. Como essa lista é demasiadamente extensa, optou-se, por deliberalidade, considerar como amostra os 10 principais cursos, de acordo com o Ranking Universitário da Folha. Dessa forma, poderemos avaliar a frequência de disciplinas relacionadas a Educação Financeira no currículo destas universidades.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Lista de universidades consideradas na amostra

Segundo o INEP (2021) existem hoje no Brasil um total de 68 Universidades Federais.

Para a pesquisa em questão, optou-se por considerar os 10 principais cursos de Administração de Universidades Federais, de acordo com Ranking Universitário da Folha. Quais sejam, em ordem decrescente no ranking: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Goiás.

4.2 Disciplina de Educação Financeira nas universidades analisadas

Através da análise curricular dos cursos de Administração das 10 principais Universidades Federais, pudemos chegar aos números abaixo, com relação à presença da disciplina de Educação Financeira no currículo do curso, independente se como disciplina eletiva ou obrigatória:

Tabela 1 - Relação de cursos que possuem a disciplina de Educação Financeira na grade curricular

SIGLA DA UNIVERSIDADE	POSSUI A DISCIPLINA DE FINANÇAS PESSOAIS
UFMG	NÃO
UFRGS	NÃO
UFRJ	SIM
UFPR	SIM
UFBA	NÃO
UNB	SIM
UFSC	SIM
UFPE	SIM
UFF	NÃO
UFG	NÃO

Fonte: autoria própria

Como visto, metade dos cursos analisados não possuíam uma disciplina específica para Educação Financeira, e sim disciplinas que, quando estudadas de forma sistemática, podem formar um conhecimento estruturado de Educação Financeira.

Vejamos agora a frequência de aparição dessas disciplinas nos currículos no próximo tópico deste estudo.

4.3 Disciplinas complementares ao conhecimento de Educação Financeira nas universidades analisadas

Através da mensuração das grades curriculares dos cursos de Administração em questão, pudemos notar que metade não possuía uma disciplina específica para Educação Financeira. O que não implica, necessariamente, que o tema é ignorado por essas instituições.

Podemos notar, conforme abaixo, que todas elas possuem diversas disciplinas complementares à formação do conhecimento de finanças, e podem servir como ferramenta para aplicação no campo da Educação Financeira, que como verificamos no referencial teórico, abarca os grupos de assunto Contabilidade, Finanças e Economia.

Tabela 2 – Relação de disciplinas complementares ao conhecimento de Educação Financeira por universidade

UFPR (2520) PRINCÍPIO DE FINANÇAS ANÁLISE ECONOMICO FINANCEIRA DAS EMPRESAS GESTÃO DE CAPITAL CIRCULANTE MERCADOS DE CAPITAIS DECISÃO DE INVESTIMENTO DECISÃO DE FINANCIAMENTO TÓPICOS ESPECIAIS DE FINANÇAS	UFRJ (3000) INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE MICROECONOMIA MATEMÁTICA FINANCEIRA MACROECONOMIA ANÁLISE DE INVESTIMENTOS CONTABILIDADE GERENCIAL GERÊNCIA FINANCEIRA	UFRGS (2580) ECONOMIA A ANÁLISE MICROECONÔMICA I CONTABILIDADE E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ANÁLISE MICROECONÔMICA II METODOLOGIA BÁSICA DE CUSTOS ANÁLISE MACROECONÔMICA MATEMÁTICA FINANCEIRA A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA II ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA III GESTÃO DE TESOURARIA
UFSC (3600) FUNDAMENTOS ECONÔMICOS FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE PARA ADMINIS PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO CUSTOS E PRECIFICAÇÃO FINANÇAS CORPORATIVAS I FINANÇAS CORPORATIVAS II	UNB (1650) INTRODUÇÃO À ECONOMIA INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE MICROECONOMIA APLICADA CÁLCULO FINANCEIRO FINANÇAS I MACROECONOMIA APLICADA	UFBA (3147) ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS ECONÔMICAS GESTÃO DE CUSTOS I ECONOMIA BRASILEIRA MATEMÁTICA FINANCEIRA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA I ESTRATÉGIA ECONÔMICA DAS EMPRESAS ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA II ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS
UFF(2610) ECONOMIA MATEMÁTICA FINANCEIRA CONTABILIDADE GESTÃO FINANCEIRA ANÁLISE DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINANÇAS PÚBLICAS GESTÃO FINANCEIRA DE LONGO PRAZO CONTROLADORIA EMPRESARIAL	UFG (2496) FUNDAMENTO DE CONTABILIDADE MATEMÁTICA FINANCEIRA CONTABILIDADE GERENCIAL FINANÇAS DE LONGO PRAZO FUNDAMENTOS DE MICROECONOMIA FINANÇAS DE CURTO PRAZO FUNDAMENTOS DA MACROECONOMIA PLANEJAMENTO FINANCEIRO E ORÇAMENTO OPERACIONAL MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS	UFPE (3000) ECONOMIA DAS EMPRESAS CONTABILIDADE GERAL A ECONOMIA BRASILEIRA CONTABILIDADE GERENCIAL INTRODUÇÃO À FINANÇAS FINANÇAS I FINANÇAS II
UFMG (1800) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA II ECONOMIA ECONOMIA BRASILEIRA GERÊNCIA FINANCEIRA INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA		

Fonte: autoria própria

Os cursos que apresentaram a maior somatório de carga horária de disciplinas formadoras do pensamento de finanças em suas grades curriculares obrigatórias foram, em ordem decrescente:

Tabela 3 - Somatório de CH complementares ao conhecimento de Educação Financeira, por universidade, ordem decrescente.

UNIVERSIDADE	QNT. DISCIPLINAS	CH
UFRGS	11	660
UFBA	9	595
UFG	8	540
UFF	8	480
UFSC	6	432
UFPR	7	420
UFRJ	7	420
UFPE	7	420
UFMG	7	405
UNB	6	360

Fonte: autoria própria

Podemos ainda classificar as disciplinas apresentadas por assunto, para critérios de padronização e análise. É importante que tenhamos essa equalização para que possamos colocar as disciplinas em uma mesma base de comparação. Desta forma, podemos ter o seguinte rearranjo:

Tabela 4 - Categorização das disciplinas complementares ao conhecimento de Finanças Pessoais.

Disciplina	Categoria
Administração Contábil	Contabilidade
Análise De Demonstrações Contábeis	Contabilidade
Análise Economico Financeira Das Empresas	Contabilidade
Contabilidade	Contabilidade
Contabilidade E Análise Das Demonstrações Contábeis	Contabilidade
Contabilidade Geral A	Contabilidade
Contabilidade Gerencial	Contabilidade
Controladoria Empresarial	Contabilidade
Custos E Precificação	Contabilidade
Fundamento De Contabilidade	Contabilidade
Fundamentos De Contabilidade Para Administradores	Contabilidade
Gestão De Capital Circulante	Contabilidade
Gestão De Custos I	Contabilidade
Introdução À Contabilidade	Contabilidade

Metodologia Básica De Custos	Contabilidade
Análise Macroeconômica	Economia
Análise Microeconômica I	Economia
Análise Microeconômica Ii	Economia
Economia	Economia
Economia A	Economia
Economia Brasileira	Economia
Economia Das Empresas	Economia
Estratégia Econômica Das Empresas	Economia
Fundamentos Da Macroeconomia	Economia
Fundamentos De Microeconomia	Economia
Fundamentos Econômicos	Economia
Introdução À Economia	Economia
Introdução Às Teorias Econômicas	Economia
Macroeconomia	Economia
Macroeconomia Aplicada	Economia
Microeconomia	Economia
Microeconomia Aplicada	Economia
Administração Financeira	Finanças
Administração Financeira I	Finanças
Administração Financeira Ii	Finanças
Administração Financeira Iii	Finanças
Análise De Investimentos	Finanças
Cálculo Financeiro	Finanças
Decisão De Financiamento	Finanças
Decisão De Investimento	Finanças
Finanças De Curto Prazo	Finanças
Finanças Corporativas I	Finanças
Finanças Corporativas Ii	Finanças
Finanças De Longo Prazo	Finanças
Finanças I	Finanças
Finanças Ii	Finanças
Finanças Públicas	Finanças
Gerência Financeira	Finanças
Gestão De Tesouraria	Finanças
Gestão Financeira	Finanças
Gestão Financeira De Longo Prazo	Finanças
Introdução À Finanças	Finanças
Matemática Comercial E Financeira	Finanças
Matemática Financeira	Finanças

Matemática Financeira A	Finanças
Mercado Financeiro E De Capitais	Finanças
Mercados De Capitais	Finanças
Orçamento E Finanças Públicas	Finanças
Planejamento Financeiro E Orçamentário	Finanças
Planejamento Financeiro E Orçamento Operacional	Finanças
Princípio De Finanças	Finanças
Tópicos Especiais De Finanças	Finanças

Fonte: autoria própria

Com o novo rearranjo, os cursos apresentam a seguinte incidência de temas:

Tabela 5 - Ranking da incidência de disciplinas e carga horária por categoria

Universidade/Categoria	Qtd de disciplinas	CH
UFBA	9	595
CONTABILIDADE	2	136
ECONOMIA	3	221
FINANÇAS	4	238
UFF	8	480
CONTABILIDADE	3	180
ECONOMIA	1	60
FINANÇAS	4	240
UFG	9	540
CONTABILIDADE	2	120
ECONOMIA	2	120
FINANÇAS	5	300
UFMG	7	405
CONTABILIDADE	1	45
ECONOMIA	2	120
FINANÇAS	4	240
UFPE	7	420
CONTABILIDADE	2	120
ECONOMIA	2	120
FINANÇAS	3	180
UFPR	7	420
CONTABILIDADE	2	120
FINANÇAS	5	300
UFRGS	11	660
CONTABILIDADE	2	120
ECONOMIA	4	240

FINANÇAS	5	300
UFRJ	7	420
CONTABILIDADE	2	120
ECONOMIA	2	120
FINANÇAS	3	180
UFSC	6	432
CONTABILIDADE	2	144
ECONOMIA	1	72
FINANÇAS	3	216
UNB	6	360
CONTABILIDADE	1	60
ECONOMIA	3	180
FINANÇAS	2	120

Fonte: autoria própria

O curso de Administração da UFRGS é o curso que apresenta a maior quantidade de horas dedicadas aos conhecimentos de Educação Financeira em seu currículo de disciplinas obrigatórias.

4.4 Representatividade das disciplinas relacionadas a Educação Financeira dentro do currículo dos cursos

Para se ter um panorama da importância dada às disciplinas de Educação Financeira, tão importante quanto termos os números referentes à frequência das disciplinas e carga horária, é relacionar essa quantidade e carga à quantidade total de disciplinas e somatório total da carga do curso, conforme abaixo:

Tabela 6 - Quantidade de disciplinas relacionadas à Educação Financeira como % do total

Universidade	Total de disciplinas	Disciplinas relacionadas à EF	Relação %
UFRGS	33	11	33%
UFPR	32	7	22%
UFSC	37	8	22%
UFF	40	8	20%
UNB	30	6	20%
UFBA	46	9	20%
UFG	66	12	18%

UFPE	40	7	18%
UFRJ	43	7	16%
UFMG	40	6	15%

Fonte: autoria própria

Tabela 7 - Carga horária disciplinas relacionadas à Educação Financeira como % do total

Universidade	CH EF	CH Total	%
UFBA	595	3147	19%
UFF	480	2610	18%
UFG	540	2496	22%
UFMG	405	1800	23%
UFPE	420	3000	14%
UFPR	420	2520	17%
UFRGS	660	2580	26%
UFRJ	420	3000	14%
UFSC	432	3600	12%
UNB	360	1650	22%

Fonte: autoria própria

Conforme visto acima, a Universidade que possui maior quantidade de disciplinas relacionadas à Educação Financeira, relativamente ao total de disciplinas, e a melhor proporção de carga horária é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou entender como as disciplinas de Educação Financeira e disciplinas relacionadas têm sido abordadas nos cursos de Administração das Universidades Federais brasileiras.

Dentre os resultados analisados, é importante destacar que essas disciplinas dominam, em média, 19% da totalidade da carga horária do currículo de disciplinas obrigatórias dos 10 cursos analisados.

Por fim, considerando os dados apresentados, relacionados ao conhecimento de Educação Financeira da população brasileira, é de extrema importância que se cobre do governo uma atenção especial ao ensino de conceitos de Educação Financeira e um maior controle do sistema bancário brasileiro, para que os dados de endividamento da população brasileira possam cada vez mais apresentar melhoras significativas.

Um país com maior conhecimento de Educação Financeira, é um país menos endividado, com melhores indicadores sociais e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. F.; CUNHA, D. P. A. Estudo do mercado brasileiro de renda fixa e o perfil do investidor brasileiro. Monografia (Bacharel em Engenharia de Produção), Escola Politécnica

ANBIMA. Raio X do investidor brasileiro. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2020.htm#:~:text=Menos%20da%20metade%20dos%20brasileiros,aplicavam%20em%20produtos%20de%20investimento.

BERVERLY, Sondra G. e BURKHALTER, Emily K. Improving the Financial Literacy and Practices of Youths. *Children & Schools*, Vol. 27. n. 2, Abr/2005.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. DELIBERAÇÃO CVM Nº 29, DE 05 DE FEVEREIRO DE 1986. BRASIL

BRAUNSTEIN, Sandra.; WELCH, Carolyn. Financial literacy: An overview of practice, research, and policy. *Federal Reserve Bulletin*, Estados Unidos, p. 445-457, nov./2002. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf>>.

CARDOZO, Tuane Tayrine Mendes et al. Análise do Perfil de Investidores Brasileiros. Disponível em: http://aprepro.org.br/combrep/2019/anais/arquivos/09292019_140900_5d90e7fc62875.pdf.

CHENÇO, E. C. . Fundamentos de Matemática Financeira. 1. ed. Curitiba: IESDE, 2008.

CUNHA, Márcia Pereira. O MERCADO FINANCEIRO CHEGA À SALA DE AULA: EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL. *Educação & Sociedade* [online]. 2020, v. 41 [Acessado 21 Dezembro 2022], e218463. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.218463>>. Epub 13 Mar 2020. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES.218463>.

DIEESE. Salário mínimo em 2021 será de R\$1.100,00. 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec249salarioMinimo.pdf>

FAMA, Eugene F. Efficient capital markets II. *The journal of finance*, vol. 46, n. 5, p. 1575-617, 1991. Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/blajfinan/v_3a46_3ay_3a1991_3ai_3a5_3ap_3a1575-617.htm.

FGC. Quem somos. Disponível em: <https://www.fgc.org.br/sobre-o-fgc/quem-somos>.

FGV. Desigualdade de renda na década. 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/21938/Texto-Principal-Desigualdade-de-Renda-na-Decada.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

G1. IPCA: inflação oficial fecha 2021 em 10,06%, maior alta desde 2015. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/11/ipca-inflacao-oficial-fecha-2021-em-1006percent.ghtml>

IBGE. Desemprego fica em 14,1% no trimestre encerrado em novembro. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/29935-desemprego-fica-em-14-1-no-trimestre-encerrado-em-novembro.html>.

IBGE. Números do Censo 2021. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/sobre/numeros-do-censo.html#:~:text=Veja%20a%20seguir%20algumas%20informa%C3%A7%C3%B5es,a%20serem%20visitados%20205570%20munic%C3%ADpios>.

IBOPE. Pesquisa Ibope/C6 Bank revela que apenas 21% dos brasileiros tiveram educação financeira na infância. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/pesquisa-ibopec6-bank-revela-que-apenas-21-dos-brasileiros-tiveram-educacao-financeira-na-infancia,04db3ba992604c7ba98114fe35c6cdde35fvli3h.html>.

INEP. Censo de educação superior. 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf

INFOMONEY. Tem mais brasileiros na cadeia do que na bolsa; por que tanta aversão ao mercado acionário. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/blog-da-redacao/tem-mais-brasileiros-na-cadeia-do-que-na-bolsa-por-que-tanta-aversao-ao-mercado-acionario/>.

PORQUÊ. Pela primeira vez em cinco anos, o Banco Central decide aumentar a taxa de juros | Gráfico da Semana. Disponível em: <https://porque.com.br/pela-primeira-vez-em-cinco-anos-o-banco-central-decide-aumentar-a-taxa-de-juros-grafico-da-semana>

KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. 2nd edition. London: Macmillan, 1937.

LEITE, A.P.R.; SANTOS, T.C. dos. Consumo consciente e as empresas: Uma análise na visão dos consumidores Natalenses, 2007. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1169_Artigo consumo consciente SEGET 2007.pdf.

LUCCI, C. R.; ZERRENER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: *Seminário em Administração*, 9., 2006, São Paulo. Disponível em: http://www.ead.fea.usp.br/semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf.

MARCHANT, L.M.; BRONZATTI, B.F. O perfil do superendividado: o consumismo como expoente do crédito negativo, 2016. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/7328>

OECD/CVM. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira, Jul 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf).

OREIRO, F. D. R. (2003). Os microfundamentos do consumo: de Keynes até a versão moderna da teoria da renda permanente. Revista de Economia, 29. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/download/1996/1657>

ORTON, L. Financial Literacy: Lessons from International Experience. Canadian Policy Research Network - CPRN Research Report. September, 2007.

RETONDAR, A. M. (2007). Sociedade de consumo, modernidade e globalização. Annablume. Universidade Federal de Campina Grande-EDUEG Campina Grande-PB. p.120.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, Dec. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006&lng=en&nrm=iso.

SERASA EXPERIAN. Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conhecasa-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/>.

SERASA EXPERIAN. Inadimplência aumenta 2,6% em janeiro, segundo Serasa Experian. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/noticias/inadimplencia-aumenta-26-em-janeiro-segundo-serasa-experian/>.

SILVEIRA, S. J. C. Uma síntese da inflação no Brasil entre 1979 e 1994. Revista Estudos do CEPE, n37, p.132-147, jan-jun. 2013. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/3683>.

STRONG, Robert A. Practical investment management. 4. ed. Boston: South-Western College Pub, 2007

TESOURO DIRETO. Conheça o tesouro direto. Disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br/conheca/conheca-o-tesouro-direto.htm>.

TOLOTTI, M. (2007). As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento. Rio de Janeiro: Elsevier, 4ª. Reimp. p.120

VEGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 323 p.